



GUIA PRÁTICO DO DEPOIMENTO ESPECIAL

Orientações e sugestões para advogados e partes

Lei 13.431/2017 · PBEF (Resolução CNJ nº 299/2019)

Robison de Souza Alves Pereira

Psicólogo Jurídico · CRP 06/156275 · Perito TJSP nº 66.627

Apresentação

O depoimento especial é, ao mesmo tempo, o instrumento mais protetivo e a prova mais delicada do processo que envolve criança ou adolescente. A forma como cada um se comporta — a família que recebe uma revelação, a parte que responde a uma alegação, o advogado que conduz a estratégia — pode preservar ou comprometer, de uma só vez, o bem-estar da criança e a qualidade da prova.

Este guia reúne, em linguagem direta, as orientações práticas que aplico há anos como consultor e assistente técnico em processos de todo o Brasil: o que fazer, o que evitar e em que momento agir. Ele foi escrito para dois leitores — as partes (genitores e familiares, em qualquer polo do processo) e os advogados — e pode ser lido por inteiro ou direto na parte que interessa.

O conteúdo aqui é informativo e geral. Nenhum guia substitui a análise do caso concreto: cada processo tem sua cronologia, seus autos e suas particularidades. Ao final, você encontra os canais para uma avaliação individual.

Este material antecipa, em formato prático, temas desenvolvidos em profundidade no livro Depoimento Especial e a Credibilidade do Relato, de minha autoria, em fase final de elaboração.

PARTE 1

O essencial em cinco minutos

O que todo envolvido precisa entender antes de qualquer decisão

1.1 O que é o depoimento especial — e o que não é

Depoimento especial é o procedimento de oitiva da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência perante a autoridade policial ou judiciária (art. 8º da Lei 13.431/2017). Ocorre em sala apropriada, é conduzido por entrevistador capacitado segundo protocolo estruturado — no Brasil, o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF), adotado pelo CNJ na Resolução nº 299/2019 —, gravado em áudio e vídeo e transmitido ao vivo para a sala de audiências, onde juiz, Ministério Público e advogados acompanham sem contato com a criança.

Ele **não** é uma conversa informal, não é uma avaliação psicológica e não é um interrogatório: é um ato de produção de prova, com contraditório, desenhado para proteger a criança e, simultaneamente, preservar a qualidade do relato.

1.2 Escuta especializada × depoimento especial

	Escuta especializada (art. 7º)	Depoimento especial (art. 8º)
Finalidade	Proteção e encaminhamento pela rede (escola, saúde, conselho tutelar)	Produção de prova perante a autoridade
Contraditório	Não há	Assegurado às partes
Registro	Relatório do órgão	Gravação audiovisual integral nos autos
Valor	Elemento informativo	Prova submetida a contraditório

A confusão entre os dois institutos é fonte recorrente de erros: relatórios de escuta tratados como prova plena e crianças submetidas a repetições desnecessárias. Cada escuta a mais é uma camada de interferência sobre a memória.

1.3 As regras de ouro do ato

- **Ato único:** a lei orienta a intervenção mínima — o depoimento deve ocorrer, preferencialmente, uma só vez; para menores de 7 anos e casos de violência sexual, como produção antecipada de prova (art. 11).
- **Direito ao silêncio:** a criança tem o direito de falar — e o de não falar (art. 5º, §6º). O silêncio não pode ser vencido por insistência nem lido como indício, em nenhuma direção.
- **Intermediação:** ninguém pergunta diretamente à criança; as perguntas das partes passam pelo juiz e são adaptadas pelo entrevistador.
- **Condições protetivas:** sala adequada, trânsito separado do suposto autor, zero contato (art. 10).
- **Registro integral:** a gravação integra os autos — e é sobre ela que a análise técnica trabalha.

PARTE 2

Orientações às partes

Para genitores e familiares — em qualquer polo do processo

2.1 Se uma criança revelou algo a você

Os primeiros minutos após uma revelação valem mais do que meses de processo. A regra central: **acolher sem inquirir**.

Faça	Não faça
Ouça com calma o que a criança quiser contar, sem pressa e sem reações intensas	Não interrogue: nada de “quem?”, “onde?”, “quantas vezes?”, “ele fez isso?”
Diga que ela fez bem em contar e que você vai cuidar dela	Não prometa segredo — nem recompensa por contar
Anote de próprio punho, o quanto antes: data, hora, palavras exatas da criança e contexto	Não grave vídeo “colhendo o depoimento” — a gravação caseira documenta as suas perguntas, não o relato dela
Acione os canais formais: conselho tutelar, delegacia especializada, seu advogado	Não repita o assunto com a criança “para confirmar” nem a leve a vários profissionais em busca de validação
Preserve roupas, mensagens e registros que existam	Não confronte o suposto autor na frente da criança

Por que não gravar? Porque o vídeo caseiro quase sempre contém perguntas sugestivas, repetição após negativas e reações que ensinam a resposta esperada — e, nos autos, esse material costuma servir mais à tese contrária do que à sua.

2.2 Se a alegação é contra você

- Não procure a criança para “esclarecer” — qualquer contato sobre o tema será lido como interferência e pode configurar ilícito autônomo.
- Cumpra rigorosamente as decisões judiciais, mesmo as que considerar injustas; descumprimento vira fato contra você.
- Constitua defesa técnica imediatamente — advogado e, tão cedo quanto possível, assistente técnico: a janela decisiva é antes da oitiva.
- Reconstrua a cronologia por escrito: datas, marcos do litígio, quem disse o quê e quando — a linha do tempo é matéria-prima da análise técnica.
- Silêncio absoluto em redes sociais e com terceiros; tudo o que você publicar poderá instruir o processo.
- Não presuma má-fé de todos: a estratégia séria enfrenta a prova, não as pessoas — e há casos de interpretação equivocada sem mentira deliberada.

2.3 Conduta durante o processo e na audiência

- **Com a criança:** rotina normal, afeto e zero conversa sobre o processo — não ensaie, não pergunte “o que você falou?”, não comente decisões.
- **No processo:** responda ao seu advogado com rapidez, guarde documentos e não tome iniciativas próprias (mensagens à outra parte, “acordos” informais).
- **Na audiência de depoimento especial:** as partes acompanham da sala de audiências, pela transmissão. Compostura absoluta — sem reações, comentários ou gestos; qualquer descontrole entra na percepção do juízo.

2.4 Erros que custam caro

Erro	Consequência típica
Entrevistar e gravar a criança em casa	Prova de interferência; relato formal posterior perde valor
Levar a criança a vários profissionais até “confirmar”	Multiplicação de escutas = contaminação e revitimização
Suspender convivência por conta própria	Descumprimento; pode caracterizar ato de alienação parental
Expor o caso em redes sociais	Violação de sigilo processual; material para a parte contrária
Coação ou combinação de versões com a criança	Ilícito grave; costuma ser detectado na análise da gravação

PARTE 3

Orientações aos advogados

Estratégia técnica do primeiro despacho à fase recursal

3.1 A linha do tempo da atuação

Momento	Providências essenciais
Ao assumir o caso	Mapear a cadeia completa de escutas (escola, conselho, delegacia, terapeuta): datas, condutores, registros. Requerer juntada do que faltar.
Antes da designação	Constituir assistente técnico (art. 466, §1º, CPC); nos casos do art. 11, a janela é curtíssima — a produção antecipada tende ao ato único.
Antes da oitiva	Requerer qualificação e protocolo do entrevistador; protocolar quesitos tecnicamente formulados; preparar banco de perguntas abertas por tema.
Na audiência	Encaminhar perguntas em formulação neutra; exigir registro em ata de cada descarte imotivado e de qualquer desvio das condições legais.
Após o ato	Obter a mídia integral; análise técnica (minutagem, transcrição literal, origem de cada informação); confronto com o laudo; parecer divergente se houver vícios.
Fase decisória/recursal	Exigir enfrentamento do parecer (art. 479, CPC); nulidade por cerceamento exige demonstração de prejuízo concreto — construa-o nos autos desde cedo.

3.2 Quesitos: princípios e exemplos

- Um fato verificável por quesito; nada de perguntas múltiplas.
- Jamais pedir juízo de veracidade (“a criança mente?”) ou conclusão jurídica — são indeferidos e desgastam.
- Eixos que rendem: cadeia de revelação; histórico de entrevistas; metodologia aplicada; origem de cada informação central; hipóteses alternativas consideradas.

Evite	Prefira
“A criança fala a verdade?”	“Descreva os fatores que, no caso, afetam a confiabilidade do relato.”
“A genitora induziu a criança?”	“Registre, para cada informação central, se ela surgiu espontaneamente da criança ou em resposta a pergunta — e de quem.”
“O protocolo foi seguido?” (genérico)	“Indique o protocolo adotado e aponte, com minutagem, eventuais perguntas sugestivas, de opção forçada ou repetidas após negativa.”

3.3 Na audiência: participar sem atropelar

Perguntas em formulação aberta têm muito mais chance de aproveitamento pelo entrevistador. Compare: “pergunte se o pai a machucou” tende ao descarte; “peça que conte como foi a primeira vez que falou disso a alguém” tende a produzir material útil.

Cada pergunta descartada sem adaptação, cada falha de gravação e cada desvio das condições do art. 10 deve ser consignado em ata na hora — matéria não registrada praticamente desaparece do processo.

3.4 Depois do ato: onde a prova é ganha

A audiência gera a matéria-prima; a análise posterior a transforma em tese. O exame técnico da mídia — transcrição literal, minutagem, classificação de cada pergunta, mapa de origem das informações e confronto com o que o laudo registrou — converte impressões em achados verificáveis. Divergência entre a gravação e o laudo é o achado mais frequente e mais poderoso. E lembre: no processo penal e na vara de família, o mesmo material serve a padrões de prova distintos — mantenha as manifestações coerentes entre os dois planos.

PARTE 4

Checklists de bolso

Para imprimir e conferir item a item

Checklist da parte

- ☐ Registre por escrito, com data e hora, o que a criança disse — com as palavras dela
- ☐ Acionei os canais formais (conselho tutelar / delegacia / advogado)
- ☐ Não fiz — e não farei — perguntas investigativas nem gravações da criança
- ☐ Cessei qualquer conversa com a criança sobre o processo
- ☐ Estou cumprindo integralmente as decisões judiciais em vigor
- ☐ Entreguei ao advogado a cronologia completa e os documentos que possuo
- ☐ Nada sobre o caso em redes sociais ou com terceiros
- ☐ Assistente técnico constituído (ou em contratação) antes da oitiva
- ☐ Sei como me comportar na audiência: silêncio e compostura absolutos

Checklist do advogado

- ☐ Cadeia de escutas mapeada e integralmente documentada nos autos
- ☐ Qualificação e protocolo do entrevistador requeridos
- ☐ Assistente técnico habilitado nos autos (art. 466, §1º, CPC)
- ☐ Quesitos protocolados — um fato por quesito, sem juízo de veracidade
- ☐ Banco de perguntas abertas organizado por tema para a audiência
- ☐ Cliente orientado sobre conduta com a criança e na audiência
- ☐ Na audiência: descartes e desvios consignados em ata
- ☐ Mídia integral obtida logo após o ato
- ☐ Análise técnica da gravação concluída (minutagem + transcrição literal)
- ☐ Laudo confrontado com a mídia; parecer divergente avaliado
- ☐ Coerência entre as manifestações do processo penal e do de família
- ☐ Prejuízo concreto documentado para eventual arguição de nulidade

Sobre o autor

Robison de Souza Alves Pereira é Psicólogo Jurídico (CRP 06/156275) e Perito do Tribunal de Justiça de São Paulo (nº 66.627), graduado em Psicologia, Investigação e Perícia Criminal e Direito. Atua como consultor e assistente técnico em depoimento especial, estudos psicossociais e perícias psicológicas em processos de família, cíveis e criminais em todo o Brasil, por meio da RBS Consultoria e Assistência Técnica em Psicologia Jurídica. É autor do livro *Depoimento Especial e a Credibilidade do Relato*, em fase final de elaboração.

Avaliação inicial de viabilidade técnica — sem custo

- **WhatsApp:** (12) 99740-2674
- **E-mail:** psicologo@robisonsouza.com.br
- **Site:** depoimentooespecial.com.br · robisonsouza.com.br
- **Escritório:** Av. Paulista, 352, Conj. 51, 5.º andar — Bela Vista — São Paulo/SP

Aviso legal: este guia tem caráter exclusivamente informativo e educacional. Não constitui parecer, laudo, aconselhamento jurídico ou psicológico para caso concreto, nem estabelece relação profissional com o leitor. A atuação como assistente técnico observa a Resolução CFP nº 008/2010: análise restrita a autos, documentos e gravações, sem avaliação direta de pessoa que seja objeto de perícia da parte contrária. © 2026 Robison de Souza Alves Pereira. Distribuição gratuita autorizada, desde que sem alterações.